

**DESERTIFICAÇÃO
AVANÇA EM ARGANIL**

**SERRA LOPES:
BASTONÁRIA
A TEMPO INTEIRO**

**PORTO É A CIDADE
DE TODOS OS RUÍDOS**





PORTO — CIDADE FEITA DE RUÍDO

A surdez inevitável

Por HELENA SOUSA (texto) e FERNANDO TIMÓTEO (fotos)

A guerra do silêncio parece perdida. O ruído provoca mais de 250 milhões de vítimas em todo o Mundo. O nosso país também participa neste número. Cerca de 30% dos trabalhadores industriais sofrem de surdez. Mas o problema é ainda mais grave e toca uma franja alargada da população: quase todos, embora em graus diferenciados, têm perturbações nervosas e cardiovasculares por excesso de ruído.

No Norte do país, as maiores lesões auditivas são provocadas pelas indústrias têxtil, metalomecânica e de madeira. Aí, os níveis de ruído chegam a atingir os 90 ou 100 decibéis (db), provocando danos irreversíveis no ouvido interno. Até aos 80 ou 85 db pode haver perturbações mas não existe morte das células. A partir deste nível, a surdez é inevitável.

Os trabalhadores destas indústrias passam oito ou nove horas diárias sujeitos a barulhos incomportáveis ao ouvido humano. O resultado é lógico: uma pessoa que tenha começado a trabalhar, por exemplo, numa indústria de tecelagem, aos 14 anos, tem grandes probabilidades de chegar aos 35 com um nível considerável de surdez.

Como se a surdez não fosse suficiente, este excesso de ruído causa ainda alterações no sistema nervoso central. Insónias, irri-

tabilidade e fadiga são os sintomas mais característicos nestes trabalhadores. Mas alguns especialistas vão mais longe e falam de perturbações cardiovasculares, respiratórias, digestivas e sexuais.

O psicólogo Marques Gomes tem tratado empregados fabris com inúmeros problemas nervosos ligados ao excesso de ruído. «*Em personalidades frágeis, o ruído é particularmente perigoso para a saúde mental. Para além da irritabilidade, o ruído impede a comunicação, o que é tremendamente angustiante.*»

Marques Gomes considera este ponto de grande importância porque: «*É frequente encontramos pessoas que, na impossibilidade de comunicar, criam fantasias em relação aos outros. Começam a ouvir coisas que não foram ditas e criam-se sentimen-*

tos de tipo paranóico». Casos ainda mais graves foram detectados por este psicólogo: «Deparamos com situações em que as pessoas desenvolvem sentimentos de perseguição. Elas podem estar já distantes da fonte de ruído, mas continuam a ouvi-lo».

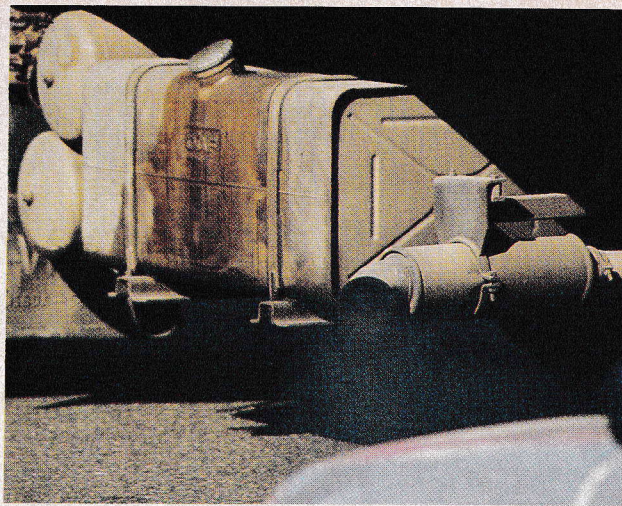
Apesar dos perigos de que são vítimas estes trabalhadores, ninguém parece muito preocupado. Fiscalização, praticamente não existe. E os empresários desconhecem que a diminuição do ruído nas empresas não é um gasto mas um investimento. As despesas iniciais serão recompensadas com aumento de produtividade dos empregados.

Mas, se os trabalhadores industriais são as maiores vítimas do excesso de ruído, não são eles que apresentam o maior número de queixas. Reclamar contra o próprio trabalho é demasiado perigoso e a consciência disso é bem clara. As queixas mais numerosas vêm de fontes muito concretas: é o vizinho que faz barulho de noite, são as discotecas, «pubs», restaurantes, cafés, tipografias, talhos e padarias. Estes réus são postos num tribunal que não os julga porque não tem capacidade ou, simplesmente, porque não quer julgar.

Em Portugal, a legislação não deixa margem para dúvidas. Locais e níveis de ruído estão definidos mas, como diz o ex-director regional do Ambiente, Ricardo Magalhães, «a aplicação do Re-

gulamento Geral do Ruído exige uma capacidade operativa que não existe». Assim, as entidades responsáveis na matéria «empurram» a queixa para outro organismo ou deixam-na esquecida.

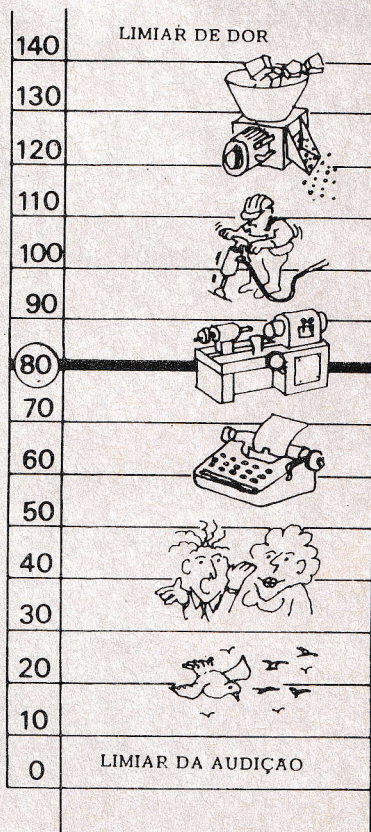
Helena Queirós, da Comissão Anti-Ruído exemplifica com o seu caso. «O meu problema surgiu com um talho em Ermesinde. Já apresentei queixa à Câmara, à Junta de Freguesia e à Delegação de Saúde, que fez a medição e intimou o dono a insonorizar o talho... o que nunca aconteceu. Posteriormente, recorri ao Governo Civil e à Comissão de Coordenação da



Região Norte (CCRN), sem qualquer resultado». Este caso está há um ano no tribunal, longe de ser resolvido.

Para o ex-director regional do Ambiente, esta ineficácia explica-se pela falta de coordenação entre as entidades. Mas, da mesma opinião, não é a Comissão Anti-Ruído. Os seus elementos dizem ter dúvidas quanto à honestidade das entidades licenciadoras e fiscalizadoras: «Como é que se explica que, por exemplo, quando as entidades se deslocam aos locais está sempre tudo bem? Parece estranho que as pessoas adivinhem quando as comissões de inquérito vão chegar».

A Comissão Anti-Ruído está, de facto, empenhada em fazer com que a lei não seja letra morta, mas não vai ser fácil. O responsável pelo Laboratório de Acústica da Faculdade de Engenharia do Porto defende que o primeiro entrave é a falta de formação técnica nesta área: «Só desde 1981 é que os engenheiros têm formação básica em acústica. Cerca de 90% dos engenheiros e 100% dos arquitectos ainda não têm qualquer conhecimento académico nesta área».

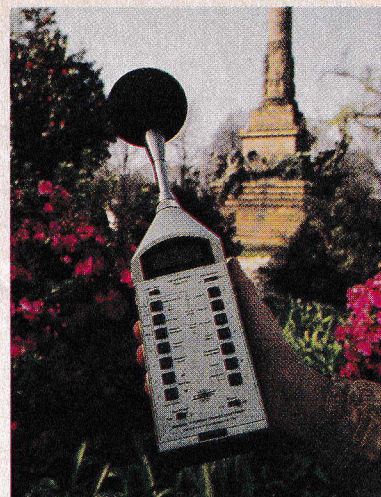


Para Ricardo Magalhães, a melhor forma de atacar o problema é sensibilizar as câmaras para o ruído, «já que são elas que licenciam quase tudo». Mas, para além da falta de formação, ainda há a falta de vontade política. José Dâmaso, técnico de acústica da CCRN, diz que são muito poucas as câmaras que se mostram verdadeiramente empenhadas em assumir as suas responsabilidades, quer ao nível do licenciamento, quer ao nível da fiscalização no sector do ruído.

«As câmaras que já nos contactaram pedindo apoio no sentido da aquisição do equipamento

de medição e preparação de técnicos contam-se pelos dedos das mãos: Guimarães, Viana do Castelo, Maia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde. Mas há ainda dois casos de excepção: as câmaras de S. João da Madeira e Vale de Cambra têm ido bastante mais longe e estão a fazer um trabalho notável», refere José Dâmaso.

Com ou sem casos de excepção, certo é que a Região Norte tem 84 câmaras e poucas dão atenção ao ruído. O Porto é disso um exemplo. O director da Divisão de Salubridade e Vistorias desta câmara, Abel Carvalho, afirma que ainda não estão habilitados a resolver estes problemas: ▶



NÍVEIS DE RUÍDO AMBIENTAL NA CIDADE DO PORTO

Dia 20 de Março de 1990, entre as 15,00 e as 17,30 horas



Praça Marquês do Pombal (esq. da Constituição).

L10	72,2 dB (A)
L50	66,2 dB (A)
L90	62,2 dB (A)



R. D. João IV (passeio de S. Lázaro).

L10	75,2 dB (A)
L50	68,7 dB (A)
L90	60,2 dB (A)



Praça da República.

L10	69,2 dB (A)
L50	64,2 dB (A)
L90	62,2 dB (A)



R. Santa Catarina (esq. Gonçalo Cristóvão).

L10	72,7 dB (A)
L50	68,2 dB (A)
L90	63,7 dB (A)



Campo Mártires da Pátria.

L10	69,7 dB (A)
L50	66,2 dB (A)
L90	64,2 dB (A)



R. da Boavista (junto à Carvalhosa).

L10	74,7 dB (A)
L50	68,7 dB (A)
L90	60,7 dB (A)



R. Rodrigues de Freitas (junto ao Jardim de S. Lázaro).

L10	68,3 dB (A)
L50	64,2 dB (A)
L90	60,2 dB (A)



Praça da Liberdade (junto à estátua de D. Pedro IV).

L10	68,2 dB (A)
L50	64,2 dB (A)
L90	60,7 dB (A)



Rotunda da Boavista.

L10	73,2 dB (A)
L50	68,2 dB (A)
L90	66,7 dB (A)

L10 Ruído de ponta (excedido em 10% do tempo).

L50 Ruído médio (excedido em 50% do tempo).

L90 Ruído de fundo (excedido em 90% do tempo).

Dados recolhidos em colaboração com o Grupo de Estudos em Acústica da Faculdade de Engenharia do Porto



«Ainda não foi considerado oportuno ter pessoal especializado nesta área».

Ajulgar pelos meios que disponibilizam, se as câmaras estão pouco sensibilizadas para o problema, o mesmo pode dizer-se em relação à própria CCRN, que é a principal responsável pelo ambiente a nível regional. E, embora diga que só actua em casos de ruptura, os números falam por si: para tratar dos problemas «graves» de 84 concelhos, a CCRN tem um técnico. Portanto, não surpreende que das cerca de 400 queixas que chegam anualmente, apenas uma pequena percentagem seja completamente resolvida.

Para além das fontes directas de ruído, a cidade do Porto sofre ainda do pesadelo chamado ruído ambiental. Os psicólogos falam deste tipo de ruído como sendo o principal responsável pelas «neuroses urbanas». Nós parecemos pouco preocupados, mas a OCDE acusa-nos de estarmos a ultrapassar os limites: «O Porto é a cidade mais ruidosa da Europa, com 36,5% dos seus habitantes expostos, entre as seis e as 22 horas, a mais de 70 decibéis».

Embora alguns especialistas duvidem da cientificidade desta afirmação, António Pedro de Carvalho diz que estes valores não o surpreendem e que «é perfeitamente possível que o Porto seja a cidade da Europa Ocidental com o nível de barulho mais elevado».

A dimensão do problema levou-nos a fazer uma medição dos níveis de ruído na cidade. Com o apoio do Grupo de Estudos em Acústica da Faculdade de Engenharia do Porto, percorremos a cidade à procura dos espaços menos maus. Os resultados falam por si: todos os valores médios registados junto às ruas com maior densidade de trânsito — sem ser em hora de ponta — são considerados pelas tabelas internacionais «incómodos» (a partir de 67 db) ou «muito incómodos» (a partir de 71 db).

Curiosamente, no Porto nem os jardins criam um espaço reservado. O barulho do tráfego invade tudo e retira-lhes o silêncio de que um jardim também é feito. Um local de descanso não é concebível com níveis de ruído na ordem dos 60 db. «Ótimo seria 40 db mas, para o Porto, 50 db já era bastante bom», afirma António Pedro de Carvalho. Certo é que entre o real e o desejável, o Porto conhece um abismo. E, pelo andar da carruagem, ainda teremos muito que esperar por esta aproximação. ■

Ruído traumatizante responsável por danos anatómicos e funcionais do ouvido.

Ruído que age negativamente sobre o sistema nervoso.

